

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA-LATINA: ANÁLISE COMPARATIVA DA EDUCAÇÃO NO CHILE E NO BRASIL

EDUCATIONAL EXPERIENCES IN LATIN AMERICA: COMPARATIVE ANALYSIS OF EDUCATION IN CHILE AND BRAZIL

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves¹
Gabriela Dickel das Chagas²
Sirlei de Lourdes Lauxen³
Vaneza Cauduro Peranzoni⁴

RESUMO:

O investimento na educação é um dos principais indicativos que apontam o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico de um país. É a partir da educação que se proporciona à população novas oportunidades e que existe a possibilidade da redução de taxas de desigualdades sociais e, conseqüentemente, diminuição da pobreza. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma pesquisa mundial que acompanha a educação de alunos a partir dos 15 anos de idade. Ocorre de maneira tri anual e possui matemática, leitura e ciências como principais habilidades a serem acompanhadas. Os dados obtidos através desse exame são divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e com base nessa avaliação, que é aplicada para diversos países, houve destaque para a educação chilena que, entre os países da América do Sul, sobressaiu-se em relação aos demais, ao contrário do Brasil. Evidenciou-se no país uma educação debilitada, ocupando uma das piores posições do ranking, principalmente, aos países da América Latina. Com isso, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a educação no Chile e no Brasil e verificar quais as possíveis lições que o Brasil pode aprender e desaprender com o sistema educacional chileno.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, através de revisão bibliográfica e análise comparativa. Conclui-se que os sistemas educacionais do Chile e do Brasil possuem várias diferenças significativas em termos de estrutura, financiamento, qualidade e acesso, seja através da estrutura e níveis de educação, forma de financiamento, qualidade e forma acesso ao ensino superior. Ambos enfrentam desafios significativos, mas também têm realizado esforços para melhorar a educação em seus respectivos contextos. O Brasil pode apreender com o sistema educacional Chileno e vice versa, as contingências situacionais e históricas tendem a ditar o nível de aprendizado e em muitos casos de (des)aprendizado.

Palavras-chave: Educação. Sistema Educacional. Chile e Brasil.

ABSTRACT:

Investment in education is one of the main indicators that point to the growth and socioeconomic development of a country. It is through education that new opportunities are provided to the population and that there is the possibility of reducing rates of social inequalities and, consequently, reducing poverty. The Program for International Student Assessment (PISA) is a worldwide survey that tracks the education of students from the age of 15 onwards. It takes place every three years and has mathematics, reading and science as the main skills to be monitored.

¹ Mestre em Administração pela UNISC. Administrador no IFFar - Campus Panambi. Panambi/RS. Bolsista PAPCT -Unicruz

² Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ. Advogada. Panambi/RS

³ Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e Coordenadora no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – PPGPSDS/UNICRUZ. Cruz Alta/RS

⁴ Doutora em Educação pela UFSM. Professora no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – PPGPSDS/UNICRUZ. Cruz Alta/RS

The data obtained through this examination are released by the Organization for Economic Cooperation and Development, and based on this assessment, which is applied to several countries, Chilean education stood out which, among the countries of South America, stood out in relation to the others, unlike Brazil. There was evidence of weak education in the country, occupying one of the worst positions in the ranking, mainly among Latin American countries. Therefore, the present research aimed to analyze education in Chile and Brazil and verify what possible lessons Brazil can learn and unlearn from the Chilean educational system. The methodology used was the case study, through bibliographic review and comparative analysis. It is concluded that the educational systems of Chile and Brazil have several significant differences in terms of structure, financing, quality and access, whether through the structure and levels of education, form of financing, quality, access to higher education. Both face significant challenges, but have also made efforts to improve education in their respective contexts. Brazil can learn from the Chilean educational system and vice versa, situational and historical contingencies tend to dictate the level of learning and in many cases (un)learning.

Keywords: Education. Educational system. Chile and Brazil

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O investimento na educação é um dos principais indicativos que apontam o crescimento e o desenvolvimento econômico de um país (HANUSHEK; WÖBMANN, 2007). É a educação que propicia à população novas oportunidades, é a partir dela que há a redução de taxas de desigualdades sociais e a diminuição de pobreza. O PISA, tradução da sigla em inglês denominada como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é uma avaliação mundial que acompanha a educação e produz dados que são divulgados a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Este exame é aplicado para vários países que compõem a membresia do órgão responsável e países parceiros, como é o exemplo do Brasil que participa desde a sua primeira edição, no ano de 2000. A aplicação deste exame proporciona informações acerca do desempenho de estudantes com faixa etária entre 15 anos de idade e avaliam as habilidades com relação à leitura, matemática e ciências. A última edição do PISA ocorreu no ano de 2018, “o qual participaram 600 mil estudantes de 15 anos de 80 países diferentes, com o foco em leitura” (MORALES, 2019, p. 01).

Os resultados do último PISA, realizado em 2018, foram divulgados em 2019 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo os dados do estudo, o Chile lidera o ranking como o melhor sistema de ensino da América Latina, com 438 pontos (TRANSFORMANDO, 2021, p. 01).

Em comparação com o Chile, a educação Brasileira apresenta-se como uma das piores, em relação às habilidades que o exame avalia.

De acordo com o presidente do Inep, Alexandre Lopes, “O Brasil está andando de lado, não está evoluindo. É difícil piorar, pois já estamos no final da tabela” (MEC, 2019, p.37). O Brasil encontra-se com índices estagnados desde o ano de 2009. No PISA, ranking internacional da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento), o Chile está em 44º lugar entre 72 nações. O Brasil, que mostrou pouca evolução nos últimos anos, é o 63º. Os dados são da última edição do ranking, divulgada em 2015.

Com base nestes índices esta pesquisa tem por questão norteadora compreender: Quais são as lições sobre a educação chilena que podem ser aprendidas ou desaprendidas pela educação brasileira? Para responder a este questionamento, definiu-se o seguinte objetivo geral: Analisar a educação no Chile e verificar quais são as possíveis lições a serem aprendidas e desaprendidas por este sistema educacional.

Quanto aos objetivos específicos a serem abordados neste trabalho estão centrados em: Compreender o histórico da educação chilena; apresentar o modelo neoliberal chileno, bem como o modelo educacional brasileiro e comparar dados entre a educação do Brasil e do Chile.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo exploratória e adota uma abordagem qualitativa. Nesse aspecto, a abordagem qualitativa se mostrou a mais adequada para este estudo, uma vez que buscou-se compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, além de fornecer ricas descrições de um determinado universo (DIEHL; TATIM, 2004).

O desenho deste estudo é de uma pesqui-

sa bibliográfica, pois, de acordo com Severino (2007, p. 122) “[a] pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses [...]”. Bem como reforça Marconi e Lakatos (2003, p. 183) que “[a] pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.[...]”. Para isso, como procedimento, foi feita uma pesquisa bibliográfica de artigos localizados no *Google Acadêmico*, reportagem referente ao assunto no jornal *Gazeta do Povo* e no *site* do Ministério da Educação. Para localizar os trabalhos utilizou-se três descritores de busca que foram os seguintes: educação no Chile, educação no Brasil, PISA. A seleção dos textos foi dos últimos cinco anos, ou seja, (2019-2023). Em seguida, procedeu-se a seleção dos artigos por meio de uma leitura cautelosa para analisar se os artigos contemplavam o tema escolhido. A partir disso, foi feita a sistematização dos textos, registrando a forma como eles foram analisados e estudados, bem como a etapa final, que trata do estudo do material. Após a seleção, procedeu-se a sistematização e interpretação do material de estudo a fim de apresentar a análise sobre o assunto.

Nesse aspecto, o método utilizado para a investigação do problema foi o estudo de caso complementado por pesquisa documental a partir de uma visão geral sobre a pesquisa, dos aspectos históricos da educação chilena e brasileira e uma análise comparativa entre os dois, procurando encontrar aspectos importantes para a educação no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção discute-se os aspectos conceituais e estudos realizados pertinente ao tema, com a finalidade de embasar esta pesquisa. Com isso, expõem-se sobre as ideias centrais relativas à História da Educação do Chile, Modelo Neoliberal Chileno, modelo brasileiro, dados comparativos entre Brasil x Chile:

Aspectos Histórico da Educação Chilena

Apresentamos alguns aspectos em relação à história geral sobre o Chile, principalmente em relação à política, pois sabemos que tem in-

terferência em relação à educação.

O Chile, de acordo com Vieira e Gusmão (2011) é considerado um dos países mais prósperos em relação aos países que compõem a América do Sul. “Indicadores econômicos e sociais colocam-no como a nação de maior desenvolvimento humano da América Latina” (VIEIRA; GUSMÃO, 2011, p. 03).

Em 2020 segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Chile possuía uma população de 19.166.000 habitantes, e conforme afirma Schwartzman (2007) possui um sistema educacional bastante amplo e com as melhores taxas de cobertura. Além disso, apresenta níveis extremamente baixos em relação à evasão e à repetência dos alunos, relativamente a outros países pertencentes a América Latina.

A história do sucesso escolar chileno não ocorreu de uma hora para outra, assim como outros países passaram por diversas transformações e mudanças, que serão evidenciadas ao longo desta pesquisa.

O sistema educacional chileno começou a se desenvolver a partir do século XIX, desde a construção da sua independência. De acordo com Campbell (1959), esse desenvolvimento começou a ocorrer muito antes do Brasil.

No ano de 1960, quando o país passou a estar sob a liderança do presidente Eduardo Frei, “o Chile empreendeu um ambicioso projeto de reforma educacional sob a liderança de Gómez Millas, ampliando os anos de escolaridade obrigatória, revendo os currículos, reorganizando o sistema escolar e dando início à coleta de informações e processos de planejamento de longo prazo”. (SCHWARTZMAN, 2007, p. 03).

Com o golpe militar, que ocorreu durante o período de Augusto Pinochet, o Chile passou a receber doutrinas liberais baseadas na ideia de Milton Friedman. Assim como explica Schwartzman,

As reformas do período Pinochet desmontam a estrutura educativa centralizada e transferem as escolas para as municipalidades, que passam a ser financiadas conforme seu número de alunos, e não mais por dotações orçamentárias tradicionais. Para os alunos que preferirem estudar em escolas privadas, o governo proporciona um “voucher”, ou vale, para pagar a matrícula, e com isto a educação privada se expande. Introduzido em 1981 este sistema, ao longo dos anos, estimulou a criação de mais de mil escolas privadas subsidiadas, aumentando a participação do ensino privado de 20% para 40% das matrículas. Com isto, teoricamente pelo menos, as escolas municipais teriam que competir com as privadas sob pena de perder seus alunos, o que, de fato, ocorreu de maneira bastante significativa. No

nível médio, o governo transferiu para corporações de empresários um certo número de escolas técnico profissionais, cerca de 50 de um total de 400, que antes eram administradas pelo governo central. Apesar de reduzida, esta política levou ao maior envolvimento do setor empresarial com as questões da educação, que se acentuaria no período seguinte (SCHWARTZMAN, 2007, p. 04).

Foi a partir da década, de 1960, que o Chile passou por algumas reformas educacionais. Assim como aponta Schwartzman:

A partir de 1990, com a queda do governo militar de Augusto Pinochet, o Chile viveu sob o governo de mesma coalização política de centro-esquerda, denominada “Concertación”, que agiu de forma continuada e estável para melhorar a educação, através da injeção crescente de recursos e outras medidas (SCHWARTZMAN, 2007, p. 03).

Após o período ditatorial de Pinochet, resultado de uma consulta popular aprovada pela Constituição de 1988, “redigida por um Conselho de Estado e ainda vigente, com diversas emendas e disposições transitórias” (VIEIRA; GUSMÃO, 2011, p. 07), realizou-se então, um plebiscito nacional no ano de 1988, onde a população deveria decidir sobre a permanência do governo Pinochet.

No entanto, o resultado dessa votação ocasionou na “vitória do “não (55,9%) e eleições conjuntas para presidente e parlamentares foram convocadas para o ano seguinte, inaugurando o período de transição democrática” (VIEIRA; GUSMÃO, 2011, p. 07). Com a vitória do jurista Patricio Aylwin (1990-1994) assumiu-se, portanto, o poder da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Após a participação de inúmeros outros governos, que também faziam parte do governo *Concertación*, no ano de 2005 os chilenos elegeram a primeira mulher em toda história do país, Michelle Bachelet (2006-2010). Foi durante o governo de Bachelet que houve a promoção de programas voltados à igualdade de oportunidade. (VIEIRA; GUSMÃO, 2011).

De acordo com Diaz e González (2012) em estudos sobre Políticas da educação chilena:

En el caso chileno, en el año 1990 asumió un gobierno democrático luego de 17 años de dictadura militar, de fuerte inspiración neoliberal, que provocó una drástica caída en la inversión pública en salud, educación y vivienda. Frente a ello, los gobiernos democráticos expandieron el gasto social, en particular las inversiones en educación, con el objetivo declarado de que la escuela ofreciera condiciones tales que pudieran ser aprovechadas por los alumnos, independientemente de su origen social, niveles de escolaridad de sus padres y su apoyo familiar. Esto

permitiría reducir en forma parcial la inequidad del sistema social y contribuiría a asegurar la estabilidad del funcionamiento de la democracia. La continuidad en el poder de la misma coalición entre 1990 y 2010 permitió que hubiera cierta consistencia en las políticas educativas, articuladas en torno a los objetivos de calidad y equidad, produciéndose más bien cambios de énfasis entre los distintos gobiernos (DIAZ; GONZÁLEZ, 2012, p. 70-71).

Durante este período assumiu-se um governo democrático após um grande período ditatorial e com forte influência neoliberal, que motivou o modelo chileno neoliberal, que será apresentado logo a seguir.

Modelo Educacional Chileno

As ideias neoliberalistas, Lopes e Caprio (2008, p. 02) “é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia”. Em outras palavras, (Raash et al. 2020, p. 01) também explicam que “O neoliberalismo não é meramente uma doutrina econômica, mas um modo de vida responsável por modular condutas e agenciar modos de subjetivação”.

Esse pensamento nasceu a partir de dois economicistas, conhecidos como Milton Friedman e Frederic Hayek e ocorreu a partir da crise econômica da década de 1960, a partir da “acusação de ser o Estado o responsável pela crise” (Lopes; Caprio, 2008, p. 02).

Nesse sentido, entende-se que a partir dessa concepção “a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança” (Lopes; Caprio 2008, p. 02)

Já Raasch et all. 2020, corroboram que:

Pensar a escola como instituição social é pensá-la em sua missão específica de comprometimento e transformação social. Porém, com o passar dos anos, temos assistido uma escola que se conforma ao regime de poder neoliberal, como um instrumento útil ao mercado, transformando a educação em mercadoria, acentuando as desigualdades sociais, separando a escola pública da escola privada. Como efeito dessa conformação, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, necessitam sair da escola para o mundo do trabalho, não concluindo sequer a educação básica.

Nesse sentido, vale ressaltar que este modelo neoliberal possui três objetivos que foram atribuídos ao papel estratégico da educação, conforme explica Marrach:

1. Atrair a educação escolar à preparação para

o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Compreende-se, portanto, que este modelo enxerga os alunos e os pais desses alunos como consumidores apenas e não como cidadãos que merecem uma educação de qualidade. O Chile, por sua vez, a partir do ingresso do regime militar, sustentado por Pinochet, “foi pioneiro na implantação do neoliberalismo, sendo considerado como o “Laboratório do Neoliberalismo” na América Latina” (SUSIN; MENDONÇA, 2021, p. 05). Susin e Mendonça, afirmam ainda que:

No modelo econômico chileno, a segregação dos mais pobres deixa-se mostrar com muita ênfase em um sistema educacional que privilegia as famílias com maiores rendas. As chances de uma boa formação não estão no horizonte de uma parcela da sociedade, porque existe uma desigualdade de natureza estrutural no Chile. A educação chilena, antes da ditadura militar, desenvolvia-se por meio de um sistema misto, no qual coexistiam a educação pública e a privada, sendo que está sempre se caracterizou como uma colaboradora do Estado na educação legal, fundamentalmente provida pela Igreja Católica e suas congregações. O Estado Docente no Chile consolidou-se na segunda metade do século XIX, quando o Estado criava, administrava e provia de forma centralizada, por meio do Ministério da Educação e seus escritórios, o sistema administrativo público. A educação privada no Chile abarcava inicialmente escolas mantidas pela Igreja, surgindo após as fundações sem fins lucrativos, fundações beneficentes mais tradicionais e também escolas culturais das colônias de imigrantes ingleses, alemães, italianos e franceses. Sendo que a primazia da educação chilena era pública, com interveniência do Estado, que era o financiador da educação pública. (SUSIN; MENDONÇA, 2021, p. 06).

Observa-se que o sistema educacional imposto no Chile era considerado como um sistema misto, onde existiam as escolas mantidas e financiadas pelo município, as escolas municipalizadas e também as escolas subvencionadas, que eram instituições particulares, mas rece-

biam recursos do Estado para se manter ou recebiam subsídios dos pais dos alunos. Também existiam as escolas totalmente privadas, que eram bancadas pelas famílias e não recebiam nenhum capital do Estado.

A partir dessa breve apresentação sobre o modelo educacional chileno, pretende-se também explorar acerca do modelo brasileiro, a fim de, após a exploração acerca da educação dos dois países, realizar uma breve comparação entre os dois sistemas educacionais, compreendendo questões similares ou o que o sistema educacional chileno pode auxiliar no processo de educação brasileira.

Modelo Educacional Brasileiro

Iniciamos a discussão fazendo uma contextualização geral do papel da escola para o indivíduo. Nesse sentido, utilizamos os apontamentos de Trigueiro :

A escola, em todas as suas modalidades de ensino, tem como principal função fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, transmitindo cultura, modelos sociais de comportamento e valores morais. Em resumo, sua função é preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Na escola, elas aprendem a assimilar as regras sociais, os conhecimentos clássicos de diversas áreas disciplinares (leitura, escrita, cálculo, ciências etc.), os valores morais coletivos e os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de também aprenderem a trabalhar. Aprender esses elementos sempre foi necessário; no entanto, essa instituição nem sempre existiu nos moldes que conhecemos hoje, por isso é tão importante introduzir alguns elementos do seu desenvolvimento em nossa sociedade (TRIGUEIRO, 2016, p. 51).

Nisso, compreende-se que antes da escola, a humanidade se via em um “mundo hostil, em um estado de vida selvagem” (TRIGUEIRO, 2016, p. 51). Entretanto, com o passar dos anos e com a evolução dos pensamentos, evolui-se as estratégias de sobrevivência, com a descoberta do fogo, da agricultura, domesticação dos animais e assim por diante.

As atividades intelectuais, no entanto, eram habilidades adquiridas apenas para uma pequena parcela da população, que “era responsável pela gerência da vida em sociedade, sendo também responsável pela moral, direito e religião” (TRIGUEIRO, 2016, p. 51).

A educação, portanto, só passou a ser “produto da escola” (TRIGUEIRO, 2016, p. 51) a partir da Idade Média. Durante este período prevaleceu o domínio da Igreja Católica como

detentora dos conhecimentos e que eram passados aos poucos jovens que se dedicavam aos estudos. Segundo descreve Rossato (1998) ao longo desse período era ensinado alguns conteúdos como: retórica, gramática, dialética, lógica, artes liberais e as Escrituras Sagradas.

Destaca-se os esclarecimentos de que as escolas eram destinadas apenas para jovens, ou seja, não havia escolas ou ensino destinado para as crianças. Pois “até o final do século XVII, não havia grande interesse pela infância, já que este era um período de transição logo ultrapassado” (TRIGUEIRO, 2006, p. 52).

Além disso, segundo Ariès (2006), não existia apego à infância, pois havia uma taxa de mortalidade muito grande em relação aos pequenos, logo, era muito provável que os filhos pudessem morrer muito cedo e se fosse sobreviventes a este período, era logo inseridos no mundo dos adultos.

No Brasil os moldes educacionais começaram a ser formados a partir da vinda dos portugueses para este país, principalmente quando os padres jesuítas exerciam “a missão de difundir a fé católica, convertendo os indígenas por meio da catequese e da instrução. Pouco tempo depois, no entanto, os esforços dos jesuítas se concentraram na educação dos filhos dos colonos e na formação dos futuros sacerdotes” (TRIGUEIRO, 2016, p. 54).

Ao se chegar ao modelo de escola atual, no ano de 1985, quando houve o encerramento do regime militar e a abertura para um período democrático no Brasil (TRIGUEIRO, 2016). A “transição democrática” se fez, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica em consonância, portanto, com a visão dos grupos dominantes, à frente a burguesia, que interpretam a “transição democrática” na linha da estratégia da conciliação, reduzindo-a a um mecanismo de preservação, numa forma que incorpora o consentimento dos dominados, dos próprios privilégios

No ano de 1988 com a criação e a institucionalização da nova Constituição, também conhecida como “Constituição Cidadã”, a educação passou a ser conhecida como “direito público subjetivo, o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado de prover creche e pré escola às crianças de 0 a 5 anos, a oferta de ensino noturno regular, o ensino fundamental e médio gratuito (inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, entre outras” (TRIGUEIRO, 2016, p. 57).

O sistema educacional brasileiro compreende-se pela forma como organiza-se a educação no Brasil, que segundo Moraes (2021) está pautado no modelo estrutural e operacional. Nisso, entende-se que “a educação brasileira é dividida em sistemas de ensino, com níveis de abrangência de competência e de autonomia distintas. Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem discriminadas a autonomia e a liberdade de organização de seus sistemas de ensino.” (MORAES, 2021, p. 91). Conforme explica Menezes:

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - e a educação superior. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito Federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema de educação superior (MENEZES, 2001, p. 01).

Assim, o modelo educacional brasileiro é de responsabilidade do Estado no sentido em que o Estado é um conceito da Geografia que está ligado ao ordenamento jurídico de determinado território. Portanto, ele contempla todas as instituições políticas e jurídicas que compõem a formação de um país, como as leis, os decretos, as resoluções, entre outros. Sendo repassado suas avaliações para cada sistema distinto, como o Municipal, o Estadual e o Federal. A partir da próxima seção, apresenta-se os dados comparativos entre a educação chilena e brasileira apontando alguns aspectos importantes sobre a educação chilena.


Dados comparativos entre a educação do Brasil x Chile

Conhecendo um pouco acerca dos dois modelos educacionais, supracitados, visa-se nesta seção apresentar os dados comparativos entre a educação brasileira e a educação chilena. Para isso, foi necessário recorrer a documentos oficiais do Ministério de Educación Del Chile (MINEDUC) e do Instituto Nacional de Estadística e Pesquisa (INEP), ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). Assim como teses e dissertações que discorrem sobre a mesma temática abordada em questão.

A fim de se obter uma visão mais clara acerca da comparação dos modelos educacional dos

países, recorreremos a tabela criada por Cerqueira (2012) em sua tese de doutorado em Educação.

Tabela 1. Visão geral do sistema educacional: Brasil x Chile

 BRASIL	 CHILE
Educação Infantil, não obrigatório, dividida em: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Creche (idades de 0 a 3 anos); ✓ Pré-escola (idades de 4 a 6 anos) 	Educação parvulária, não obrigatória atende crianças entre 84 dias e 06 anos sendo: <ul style="list-style-type: none"> I) Sala cuna: (84 dias a 2 anos); II) Medio: (de 2 a 4 anos) e III) Transición: (de 4 a 6 anos). Se diferencia neste nível o Primer nivel (prekinder, 4 a 5 anos) e Segundo Nivel (kinder, 5 a 6 anos).
Ensino fundamental obrigatório de nove anos (ciclos I e II) para crianças com idades de 6 a 14 anos. Lei Nº 11 274 de 06/02/2006.	Educação básica, obrigatória, de seis anos ⁵⁵ . Artículo 25.- El nivel de educación básica regular tendrá una duración de seis años y el nivel de educación media regular tendrá una duración de seis años, cuatro de los cuales, en el segundo caso, serán de formación general y los dos finales de formación diferenciada. La educación parvularia no tendrá una duración obligatoria (Ley 20370, 2009).
Ensino Médio, não obrigatório, de três anos, regular ou profissionalizante, para adolescentes com idade de 15 a 17 anos.	Educação Média, obrigatória, de seis anos.

Fonte: CERQUEIRA, 2012

Uma das diferenças em relação aos ensinos, demonstrados na Tabela 1, é em relação à obrigatoriedade dos ensinos e os anos de escolaridade. Dessa forma, assim como também explica Cerqueira:

No Brasil o Ensino Fundamental é de nove anos de escolaridade, que por sua vez é obrigatório e atende a uma grande demanda. No Chile o equivalente ao Ensino Fundamental no Brasil é de seis anos e é obrigatório. Ensino Médio brasileiro corresponde a três anos de estudos, contudo não é obrigatório, enquanto no Chile é obrigatório (quatro anos), onde está sendo restruturado de tal forma, que os 7º e 8º anos de Educação Primária passarão a fazer parte da Educação Secundária (CERQUEIRA, 2012, p. 91).

Além disso, um outro fator importante é em relação a quantidade de carga horária oferecida aos alunos. De acordo com dados obtidos a partir de pesquisas⁵, cerca de 85% das escolas

chilenas possuem período integral, isso está regulamentado na Lei 19532 de 06/11/2004.

Já no Brasil, a educação básica, conforme PORTO e RÉGNIER (2003), é ofertada em três turnos, sendo o matutino, o vespertino e o noturno e cerca de 13,2% das escolas possuem período integral.

Outro dado relevante se encontra em reportagem da Gazeta do Povo para se evidenciar nesta pesquisa é em relação à conclusão do ensino médio. De acordo com dados obtidos na pesquisa de dados secundários, 72% da população chilena, apresenta entre 24 a 64 anos, sendo um percentual extremamente baixo em relação ao Brasil, que apresenta 48% da população nessa faixa etária. Isso mostra a importância de o Ensino Médio ser obrigatório para o ensino brasileiro. Existem outros dados que poderiam ser expressos nesta pesquisa, assim como os valores de investimento anual por aluno; taxa de analfabetismo; média salarial dos professores, em relação a educação primária e ensino fundamental (CORREA, 2017).

5 Jornal Gazeta do Povo do ano 2017 e do Portal Desafios da Educação e na revista Ciclo de seminários internacionais educação no século XXI: modelos de sucesso, de dados secundários em artigos acadêmicos extraídos do *google* acadêmico como Descentralização e financiamento da educação no Brasil e no Chile dos anos 1980 e 1990 do Professor Emilio Araújo, professor da Educação Básica e professor substituto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro; doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e

a privatização dos recurso das professoras Maria Otília Kroeff Susin e Juliana Mendonça pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção visa-se apresentar a análise e a discussão dos resultados obtidos ao longo da construção desta pesquisa. Dessa forma os dados comparativos entre a educação chilena e brasileira, é possível observar inúmeras contribuições que ocorrem na educação chilena que podem servir de aprendizagens para o sistema educacional brasileiro.

O Chile, além de ser considerado como um dos melhores sistemas educacionais da América Latina. Mesmo com uma média de gasto por estudante comparável à brasileira e uma herança cultural similar, consegue ter os melhores resultados nos índices educacionais de toda a América Latina que é avaliado através do PISA, assim como o Brasil também é avaliado, porém com avaliação bem inferior quando comparado ao Chile. O Chile vem apresentando outros destaques, como: ampliação das horas escolares; o investimento contínuo nos profissionais da educação; os modelos escolares, que ocorrem de maneira mista; os vouchers de educação, que acabam ofertando uma outra possibilidade para a população mais pobre, promovendo então um tipo de cheque para que as famílias possam matricular as crianças em escolas privadas; as universidades cobram uma mensalidade, no entanto há uma lei que pretende garantir a gratuidade para todos conforme colocado anteriormente (CORRÊA 2017).

Esse último ponto será apresentado com maior clareza no decorrer desta discussão. Ao discutir-se acerca da ampliação na carga horária de ofertas à educação dos sujeitos, entende-se que:

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatado, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade (GUARÁ, 2006, p.16).

Desse modo, para que haja a ampliação da jornada escolar, de maneira que beneficie a formação dos alunos é preciso obter um olhar atento aos currículos escolares, repensando cada período, valorizando e explorando o potencial que cada espaço escolar possui, para que seus alunos não estejam somente na educação em tempo integral para não estar nas ruas

ou em casa, mas com a finalidade de aprender e desenvolver habilidades novas:

A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com os documentos oficiais da educação brasileira, assim como apontam TITTON; BRUSCATO (2016)

Em junho de 2014, foi sancionado o novo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/2014, contendo dez diretrizes e vinte metas que deverão ser atingidas até 2024. Entre estas consta a oferta de educação em tempo integral visando preencher, no mínimo, 50% das escolas públicas em todo o território brasileiro, atendendo pelo menos 25% dos alunos matriculados na educação básica (TITTON; BRUSCATO, 2016, p. 06).

A importância dessa ampliação do tempo e também da permanência desses sujeitos na escola é fundamental para que haja a “elevação da média escolar da Educação Básica e o nível de aprendizagem, alcançando um novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (TITTON; BRUSCATO, 2016, p. 06)

Já no sistema educacional chileno a ideia de ampliação das horas escolares surgiu no final da ditadura, em meados da década de 1990:

Nisso, no ano de 1997 o Chile compreendeu que a ampliação do tempo escolar poderia ser uma oportunidade para melhorar a qualidade dos seus alunos e, “através da Lei Nacional nº 19.532/1997 que estabeleceu a implementação da jornada escolar completa (JEC) em todas as escolas primárias públicas e particulares subsidiadas pelo governo. De acordo com o Ministério da Educação do país, esta política se justificou tanto pela existência de uma associação positiva entre o tempo pedagógico e as oportunidades educativas, como também para proteger as crianças de situações de riscos sociais, como drogas e trabalho infantil”. (TITTON; BRUSCATO, 2016, p. 07).

Já em relação ao ensino superior da educação chilena, em uma população com idades entre 24 e 64 anos, cerca de 22% da população chilena possui diploma na educação superior, e no Brasil apenas 17% dessa faixa etária possuem grau superior, conforme HOCHSCHILD (2017).

As universidades públicas chilenas, em vez de serem gratuitas, cobram mensalidades. Mas, desde 2015, uma lei aprovada no congresso pretende estender, até 2021, a gratuidade para toda a rede de ensino superior no país, porém ainda em 2022 não foi implantada pois recentemente, a presidenta chilena, Michele Bachelet anunciou novamente a aprovação de uma nova lei de educação que prevê a gratuidade do ensino superior no Chile. No Brasil, no entanto, existe a gratuidade do ensino superior. Sobre essa questão, o economista Adolfo Sachsida tece críticas:

Quando chega o momento de ir à universidade, os filhos das classes abastadas passam na universidade pública e gratuita. Já os pobres são obrigados a pagar por educação. É uma brutal transferência de renda dos alunos pobres para os alunos ricos. (SACHSIDA, In CORREA, 2017, p. 02)

Essa reflexão aponta as diferenças de ensino no Brasil entre as escolas privadas e as que são ofertadas na rede pública de ensino. O que não ocorre na educação chilena, visto que eles possuem um sistema educacional que pode ter escolas públicas, privadas ou mistas, onde isso significa que o Estado assume um papel subsidiário e promove a participação privada em um ambiente com certo nível de regulação e controle. Sendo assim, todas as escolas são controladas pelo Ministério da Educação Chileno. O governo chileno não tem um papel dentro da sala de aula nem direciona tudo o que acontece dentro da escola, mas construiu uma legislação para ter controle sobre tudo. Estado Descentraliza a gestão educacional e concede autonomia local - embora mantenha o controle do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como se sabe, é um bem essencial para a formação das pessoas, bem como a transformação da sociedade. É através da educação que se multiplica conhecimento acerca do que já se conhece, desenvolve habilidades novas e úteis para a convivência geral e atuação do sujeito, assim como é a partir dela que se compartilha saberes e habilidades.

A escola, por sua vez, é uma instituição que apresenta um papel importante na vida de todas as pessoas, pois é com essa vivência que se desempenham aprendizagens e estimula-se a construção do saber, assim como se compreende acerca de aspectos importantes da vida, como a

cultura e a convivência com seus pares.

Apesar da proximidade geográfica e de uma média de gastos por aluno compatível com o Brasil, o Chile destoa nos índices de educação da América Latina. Os números explicam. No ranking internacional da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento), por exemplo, o Chile está em 44º lugar - das 72 nações listadas pelo último ranking de 2015. Já o Brasil aparece quase 20 posições atrás, em 63, conforme CORRÊA (2017).

Além disso, é a partir da escola e da educação que permeia por ela que há a promoção de novas oportunidades para a efetivação do sujeito, corroborando com valores éticos, que são desenvolvidos nesse meio, assim como direitos e deveres.

Ao longo da construção deste trabalho foi possível analisar e aprender sobre o sistema educacional chileno e brasileiro, realizando assim uma breve comparação entre os dois países da América Latina.

Uma das lições aprendidas com o sistema educacional fornecido pelo Chile é em relação à disposição de vouchers, uma espécie de “vale”, oferecido à população menos abastada, como alternativa de ingresso das crianças e jovens para a educação nas escolas privadas, essa é uma das bases do sistema chileno.

Além disso, há o alto índice de investimento no professor, em uma formação voltada para as práticas de aprendizagem e que, por consequência, acabam aumentando e melhorando os índices educacionais no país. O sucesso chileno é atribuído às políticas públicas diferenciadas, conforme HOCHSCHILD (2017), diretor executivo da ONG Elige Educar, criada em 2010 para valorizar a função do professor no Chile. Ou seja, o Estado descentraliza a gestão educacional e concede autonomia local - embora mantenha o controle do sistema.

O ensino superior no Chile também possui certa discrepância em relação à educação brasileira, pois as universidades públicas chilenas em vez de serem gratuitas cobram mensalidades. No entanto, desde 2015, há uma lei aprovada no Congresso que pretende estender, até 2021, a gratuidade para toda a rede de ensino superior no país, porém até hoje não foi implantado.

Cabe ressaltar que o presente artigo tem como limitação que os resultados obtidos na pesquisa são válidos, especificamente, para o caso em estudo sem levar em consideração intervenção de aspectos demográficos como dimensão e população do países, considerando

aspectos histórico-políticos e sócioeconômicos. Para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação da pesquisa considerando os aspectos de população e a dimensão geográfica.

Conclui-se que os sistemas educacionais do Chile e do Brasil possuem várias diferenças significativas em termos de estrutura, financiamento, qualidade e acesso, seja através da estrutura e níveis de educação, forma de financiamento, qualidade, forma acesso ensino superior. Ambos enfrentam desafios significativos, mas também têm realizado esforços para melhorar a educação em seus respectivos contextos. Por fim, o Brasil pode apreender com sistema educacional Chileno e vice versa, as contingências situacionais e históricas tendem a ditar o nível de aprendizado e em muitos casos o nível de (des)aprendizado

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Resolução n.4. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. 07/2010.
- Cerqueira, Dermeval Santos. **Um estudo comparativo entre Brasil e Chile sobre educação matemática e sua influência nos currículos de matemática desses países**. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CORRÊA, Angela. Educação chilena é a melhor da América Latina com modelo oposto ao do Brasil. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educacao-chilena-e-a-melhor-da-america-latina-com-modelo-oposto-ao-do-brasil-5otfucsy-zefqd4a7x6v51lo8s/>. Acesso em: 01 fev. 2023.
- HOCHSCHILD, Hernán. **Os ensinamentos do Chile: país com a melhor educação da América Latina**. Desafios da educação, 2017. <https://desafiosdaeducacao.com.br/os-ensinamentos-do-chile-pais-com-melhor-educacao-da-america-latina>. Acesso em: 06 fev.2024.
- CHILE. **Lei Nacional nº 19.532/1997**. Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implanta a Jornada Escolar Completa (JEC). Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/y5517s/y5517s.pdf>. Acesso em 01 fev. 2023.
- DÍAZ, Óscar Espinoza; GONZÁLEZ, Luis Eduardo. Políticas de educación superior en Chile desde la perspectiva de la equidade. **Sociedade y Economia**, n. 22, 2012, pp. 69-94. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-63572012000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jan. 2023.
- GUARÁ, Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec: Educação Integral**, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006.
- HANUSHEK, Eric; WÖBMAN, Ludger. **The role of education quality for economic growth in: Policy Research Working Paper Series**, The World Bank, no. 4122, 2007.
- LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1-16, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete sistema educacional brasileiro**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>. Acesso em 01 fev 2023.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- MORAES, Mário César Barreto. O Modelo Educacional Brasileiro. In: Pedro Antônio de Melo. **Administração Universitária em tempos de mudança: novos rumos e desafios**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.
- MORALES, Juliana. Entenda o Pisa, avaliação mundial de educação, e o resultado do Brasil. **Revista Abril: Guia do estudante**, 2019. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/entenda-o-pisa-avaliacao-mundial>

de-educacao-e-o-resultado-do-brasil/. Acesso em: 27 jan. 2023.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil - condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória**. 2003. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

RAASCH, Patrícia Tatiana. et al. **O neoliberalismo na educação: o sujeito como empreendedor de si**. VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Editora Realize, 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Chile: um laboratório de reformas educacionais**. In: SEMINÁRIO sobre a Qualidade da Educação Básica promovido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

SUSIN, Maria Otília Kroeff; MENDONÇA, Juliana. **As transformações do sistema educacional do**

Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 15, n. 40. Agosto de 2021.

TITTON, Maria Beatriz Pauperion; BRUSCATO, Andrea Cristiane Marashin. **Brasil e Chile: desafios da Educação Integral**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. USP, 2016.

TRANSFORMANDO. **Melhor educação da América do Sul: como são as escolas no Chile?** Outubro, 2021. Disponível em: <https://transformando.com.vc/melhor-educacao-da-america-do-sul-como-sao-as-escolas-no-chile/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TRIGUEIRO, Emília Suitberta de Oliveira. Breve contextualização da educação brasileira. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 38, n. 72, p. 49-61, jul./dez. 2016.

VIEIRA, Luiz Alfredo Mello; GUSMÃO, Luiz Antonio. **O livro na rua**. Biblioteca do cidadão, editora Thesaurus, 2011.